

## SEM PEDIR PERMISSÃO PARA ENTRAR NA ESCOLA: A CHEGADA DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS MÓVEIS NO COTIDIANO DE PROFESSORES E ALUNOS

Salete F. N. Cordeiro<sup>1</sup>, Maria H. S. Bonilla<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Faculdade de Educação – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Av. Reitor Miguel Calmon s/n - Campus Canela - 40.110 100 Salvador - Bahia - Brasil

[salete.noro@ufba.br](mailto:salete.noro@ufba.br), [bonilla@ufba.br](mailto:bonilla@ufba.br)

**Abstract.** *From a study about digital mobile technologies in the daily routine of three schools in the Northeast region of Brazil, we tried to understand the practices performed there. On the one hand, we noticed the increasing limitations to this technology through prohibitive practices which tried to prevent its use in school life; and, on the other hand, tactics found by teachers and students to use it so as to meet their educational needs. These technologies' potential resides in the emergence of more horizontal propositions of educational relationships, which imply in processes of building and sharing contents, knowledge and expertise.*

**Resumo.** *A partir do estudo sobre as tecnologias digitais móveis no cotidiano de três escolas da região nordeste do país, tentamos compreender as práticas aí produzidas. Por um lado, percebemos o crescente cerceamento dessa tecnologia através de práticas proibitivas que tentam impedir o uso no interior dos cotidianos escolares, e, por outro, táticas encontradas por professores e alunos para utilizá-las de modo que atendam as suas necessidades educativas. O potencial dessas tecnologias reside na emergência de propostas mais horizontalizadas das relações educativas, que implicam em processos de construção e compartilhamento de conteúdos, conhecimento e saberes.*

## Introdução

As tecnologias digitais móveis estão entrando no cotidiano das escolas públicas de forma avassaladora, independente da vontade das instituições ou governos e causando movimento no sentido de tentar provocar e romper com os modelos e relações instituídos de maneiras verticalizadas e lineares que aí se instalaram.

Sabemos que muitas escolas criam normas internas para restringir a utilização de dispositivos móveis, e cresce a adoção por municípios e estados a leis de proibição do uso desses aparelhos dentro das salas de aula. Podemos verificar essa tendência a partir dos casos de proibição oficial dos aparelhos celulares nas escolas: o primeiro estado a adotar as medidas legais foi São Paulo, através da Lei nº 12.730, de 11 outubro 2007, que proíbe qualquer aluno de utilizar os aparelhos durante o período de aula, o que é completamente incoerente em relação ao contexto da própria dinâmica daquele estado que se constitui num dos maiores pólos comercial, tecnológico, econômico, cultural do país e que depende, em grande parte, do uso e desenvolvimento de tecnologias, incluindo as digitais e de comunicação. Logo, jamais essas tecnologias e seus processos deveriam estar excluídos do contexto escolar, mas sim fazer parte da formação cidadã, para a vida e para o trabalho desses praticantes que vivenciam o cotidiano escolar.

As tecnologias digitais também favorecem o acesso, armazenamento, construção e compartilhamento dos mais diversos conteúdos. A partir das possibilidades de convergência presentes em um dispositivo móvel, como por exemplo, um *smartphone*, podemos, independente do espaço em que nos encontramos, acessar os conteúdos mais diversos, de bibliotecas digitais, portais de periódicos a sites de relacionamento, compras ou mesmo institucionais e de serviços públicos. Além de acessar conteúdos variados, podemos produzir imagens fotográficas e fílmicas, produzir áudio, complementar com outras informações e compartilhar através dos canais disponíveis, tanto de maneira síncrona como assíncrona.

Para discutir mais a fundo essa questão, vamos nos valer dos dados e reflexões construídas a partir de nossa tese de doutorado, realizada no período de 2010 a 2013, que envolveu três escolas da região nordeste, onde acompanhamos o cotidiano sendo alterado a partir da presença das tecnologias digitais móveis que chegam, trazidas pela iniciativa governamental ou pelos próprios praticantes daqueles espaços. O objetivo foi compreender os saberes e processos construídos num cotidiano educativo onde emergem, de diferentes maneiras, nem sempre sistematizadas e planejadas, as tecnologias digitais móveis. Neste trabalho focaremos principalmente duas dessas escolas, onde presenciamos de forma mais intensa a presença dos dispositivos digitais móveis levados pelos próprios alunos e professores, os quais, sem a mediação das instâncias governamentais, vão criando espaços/tempos instituintes de cultura digital.

As duas escolas são da rede municipal de educação, e os participantes são alunos e alunas, professores e professoras, coordenadores e diretores, funcionários e funcionárias, da educação básica. Os alunos e alunas que participaram estavam entre o quinto e nono ano do ensino fundamental. Durante o período de construção dos dados foi fundamental a presença da pesquisadora dentro dos espaços escolares, inclusive de festividades e eventos gerais, para melhor compreensão daqueles contextos e envolvimento com os praticantes. De maneira mais sistematizada, realizamos conversas individuais e rodas de conversas com coletivos de alunos e professores, que foram gravadas em áudio e depois transcritas. As bases teórico-metodológicas que utilizamos para nos auxiliar na caminhada foram a complexidade, a multirreferencialidade, a teoria

dos cotidianos e os estudos sobre cultura digital.

## **1. A entrada avassaladora das tecnologias digitais móveis no cotidiano escolar**

Percebemos, durante nosso processo de investigação, falas muito eloquentes, que manifestam essa entrada voraz das tecnologias digitais móveis na escola, como a de um funcionário de secretaria que observa o cotidiano sendo alterado de maneira repentina e profunda. Diz ele: *“E quando começou, quando eles receberam o laptop, isso daqui virou um inferno. Tinha alunos que não iam pra casa. Tinha rede, pegava rede, eles ficavam direto. Até aconteceu de chegar, final de semana, e vir pra escola pra ficar conectado.”* [Funcionário C1]<sup>1</sup>. Ou do diretor que diz que os celulares estão nas mãos dos estudantes *“há muito tempo. Eles não têm comida, eles deixam de comprar comida pra comprar o celular...”* [Diretor B1], evidenciando que os dispositivos levados pelos alunos fazem parte muito íntima dos viveres, fazeres e de suas vidas.

Os acontecimentos do cotidiano escolar, até então vivenciados como pura repetição, execução de normas e rotinas regulares, em espaços e tempos que possuem uma dinâmica que mistura padronização e hierarquização de ritmos, passam por um momento de estranhamento por parte desses praticantes. Sônia Penin (2011) nos indica que o trabalho administrativo e pedagógico é marcado por ritmos, hora determinados pelo tempo natural, cíclico, hora pelo tempo racional linear. Diante do contexto que surge nesse cotidiano, percebemos a emergência de um outro tempo, o da ubiquidade, que convive e perpassa aqueles outros tempos, e que nasce da interação entre os sujeitos e as tecnologias digitais móveis, de suas relações em outros espaços e tempos e as possibilidades de relacionar, criar, produzir, aprender e conviver num tempo e espaço programável. Se Sônia Penin (2011) nos coloca como fundamental aproximar os tempos lineares e naturais que envolvem a aprendizagem, o tempo da ubiquidade deve estar aí entrelaçado, valorizado, fazendo parte das práticas, do cotidiano da escola.

Outra fala vem do diretor B2, que indica mais uma vez a intensidade com que as tecnologias móveis passam a fazer parte do cotidiano escolar. Mesmo com restrições de todos os tipos, os estudantes, e inclusive professores, fazem uso dos aparelhos a qualquer momento. *“A gente não quer que o aluno atenda, mas o professor atende. Já conversamos com os professores a esse respeito. Mas observe, você está com o celular, você veio e tem alguém da sua família que ligou, você não vai atender?!”* [Diretor B2]. Na fala desse diretor, percebemos um outro ponto de vista que diverge do primeiro. Aqui, a concepção de tecnologia digital móvel, de comunicação, já faz parte do cotidiano, de nossas vidas e não pode haver um momento *offline*, não há possibilidade de desligar o aparelho. Ele cita a família, a preocupação com filhos na escola, ou doença com familiares, uma emergência que venha a ocorrer, acontecimentos que não podem ser negligenciados. Portanto, o aparelho móvel deve permanecer ligado, pois ele estabelece uma ligação direta entre interlocutores. Na mesma fala é colocado em pauta o direito dos alunos usarem seus aparelhos, já que os professores estão utilizando, mesmo com orientação da escola para que isso seja evitado. Para os alunos, já existe uma indissociabilidade entre suas vivências e a presença dos aparelhos móveis, que é marcada nas seguintes falas:

---

<sup>1</sup> Identificamos as Escolas como A, B e C. Os praticantes por suas funções, à escola a que pertencem, e a um número ex.(Aluno A1, Aluno B3, Aluno C1; Professor B1, professor C3; Diretor B2).

*“Uso o dia todo. Toda hora eu uso [...] se eu ficar longe do celular eu morro. [abraça o celular entre as mãos e leva ao peito]. Primeiro eu estava no face, depois eu liguei pro meu namorado. Eu gastei os bônus dela [do celular da colega] todinho. [Risos].” [Escola B, Aluna3]*

Pesquisadora: *“E você, pode vir sem celular pra escola?”*

Aluno [Escola C, Aluno2]: *“não.”*

Pesquisadora: *“Não. Por quê?”*

Aluno [Escola C, Aluno2]: *“eu não posso não, porque ele é uma parte de mim. Eu nasci sem ele, mas eu... ele já é uma parte de mim, já.”*

As vivências e relações estabelecidas com o digital por esses alunos indicam a necessidade de reflexão sobre um processo que não dá nenhum indício de esgotamento, mesmo sob ameaças de vigilância e punições. Os alunos e alunas estão vivendo com intensidade as oportunidades que lhes são oferecidas em termos de comunicação digital, e não relutam em criar táticas de enfrentamento em ambientes de adversidade.

## **2. Sem chancela é ilegal: vigilância, controle e punição em tempos de redes e ubiquidade**

Apesar de ser evidente que algo está acontecendo nesse cotidiano e não pode ser ignorado, a escola assume mais uma vez seu papel de vigilância, controle e punição. Sua orientação é de que o professor, ao ver seu aluno utilizando o aparelho em sala de aula, poderá pedir que a direção faça o recolhimento até que o pai, mãe ou responsável pelo estudante venha retirar.

Um exemplo, é o da escola B, onde o uso em sala de aula é proibido por orientação interna, e o procedimento fica claro na fala do diretor B1, que menciona a “apreensão” dos aparelhos: *“Durante a aula, ao invés de ficar assistindo aula, estão ouvindo música ou jogando. Não é para isso que a gente está aqui. Então, pegou durante a aula usando o celular, o celular vai apreendido.” [Diretor B1]*

Dessa maneira, as práticas penais mais uma vez passam a fazer parte do cotidiano da escola reforçando a função do espaço disciplinar. Foucault nos alerta que *“O sistema escolar é também inteiramente baseado em uma espécie de poder judiciário. A todo momento se pune e se recompensa, se avalia, se classifica, se diz quem é o melhor, quem é o pior.” [Foucault 2013, p. 118]*, tudo para controlar o comportamento dos praticantes, no intuito de manter e garantir a ordem e a disciplina. Ele ainda reforça essa ideia dizendo que:

*As pessoas que dirigem essas instituições se delegam o direito de dar ordens, de estabelecer regulamentos, de tomar medidas, de expulsar indivíduos, aceitar outros [...] nessas instituições não apenas se dão ordens, se tomam decisões, não somente se garantem funções como a produção, a aprendizagem, etc., mas também se tem o direito de punir e recompensar, se tem o poder de fazer comparecer diante de instâncias de julgamento. [Foucault 2013, p. 118]*

Se, por um lado, a escola assume essa postura, de maneira paliativa e atenuante, diante de um processo que a toma de surpresa, por outro lado, a lei acirra esse processo

e reforça a criminalização. Ela surge como um instrumento que atua de cima para baixo, de fora para dentro, instituída por um consenso baseado, a princípio, no senso comum. Sem pensar no objeto e nas causas do conflito instalado, ela penetra o campo educativo institucionalizado para tentar amenizar as consequências de um processo que pouco ou nada se compreende. Assim, surgem leis em vários estados do país, institucionalizando de maneira penal a proibição dos aparelhos celulares e congêneres dentro dos espaços formais educativos, a menos que sejam utilizados específica e restritamente para “fins educativos”.

O exemplo de São Paulo foi e continua sendo seguido por outros municípios e estados, como Rio de Janeiro<sup>1</sup>, Ceará, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Amazonas, Bahia, Rondônia, Goiás, Mato Grosso, inclusive pelo Distrito Federal, entre outros, onde os legisladores não discutem a fundo os problemas que envolvem a educação pública e parecem encontrar, no uso das tecnologias móveis dentro da escola, a desculpa para as mazelas em educação.

O que encontramos na redação dessas leis é, principalmente, a exigência de não utilização de aparelhos de telefones celulares, *smartphones*, tocadores de mp4, mp3, *walkmans*, *diskmans*, Ipods, fones de ouvido e/ou *bluetooth*, *game boy*, agendas eletrônicas e máquinas fotográficas em sala de aula e outros espaços da escola, como a biblioteca. Entre as argumentações que perfilam os artigos e debates em torno do tema está a de que a presença dos dispositivos móveis, dentro da sala de aula, é um dos principais problemas enfrentados pelos professores no Brasil (sic!), pois estariam tirando a atenção dos alunos, focada nos conteúdos transmitidos pelos professores e no desenvolvimento de tarefas, para ficarem ouvindo música, entrando em redes sociais, jogando e interagindo com os colegas através de aplicativos, entre outros. No entanto, discordamos dessa argumentação, pois atribuir aos dispositivos móveis as mazelas não parece admissível, nem ao menos coerente. Não é admissível pois os problemas que afetam a educação vão bem além do movimento causado pela presença dos dispositivos de informação e comunicação portáteis, estão também na esfera macro da sociedade, que envolvem políticas públicas de expansão da oferta sem a devida melhoria da qualidade do que é oferecido. Isso significa maiores investimentos em infraestrutura, formação e valorização de professores e fomento em outras áreas como cultura, tecnologias e melhoria de qualidade de vida da população em geral. E não nos parece coerente pois, ao mesmo tempo em que essas leis foram sendo aprovadas em cada estado, o Governo Federal vinha incentivando, através de projetos e programas, a disseminação desse mesmo modelo de tecnologia digital móvel, através dos *laptops* e *tablets* nas escolas públicas. Isso mais uma vez mostra a incoerência e falta de articulação entre políticas públicas que envolvem um projeto de educação, que não pode ser concebido por apenas um ministério ou um ente federado, mas deve fazer parte de um projeto de nação.

A adoção de leis que proíbem o uso dentro dos espaços educativos mata, no nascedouro, a dimensão social e cultural do uso dessas tecnologias, as quais, uma vez inseridas nas escolas, deveriam fazer parte da própria reflexão e construção de outros saberes, de outras experiências e práticas educativas, para além da rigidez do currículo que se impõe a cada dia, em cada cotidiano.

Importante lembrar, como dissemos no início do trabalho, que esses aparelhos entram de maneira avassaladora dentro do espaço educativo, chegam sem avisar, sem hora marcada, e são utilizados de maneira completamente incontrolável, tanto para ouvir música, para comunicação nas redes sociais, como para games, etc. Isso causa um

movimento incontrolável, não só dos corpos sentados, que estão em outro movimento, o tempo todo (dedos nervosos no teclado, olhos nas telinhas, sentidos em alerta), também do pensamento dos alunos, que pode estar em qualquer espaço ou tempo, além da sala de aula. Percebemos que muitos professores, e a escola de maneira geral, sentem-se reféns, não sentem-se seguros, nem preparados, nem formados para abraçar essa realidade de maneira vigorosa, com propostas de trabalho, fundamentação teórica e argumentação para o próprio convencimento da comunidade escolar. A opção, então, é, sem compreender esse contexto, negar e proibir o uso dos dispositivos. Segundo Foucault, uma das funções das instituições, como a escola, não é apenas controlar o tempo e os corpos dos praticantes, destaca que o corpo “deve ser formado, reformado, corrigido, [...] deve adquirir aptidões, receber um certo número de qualidades, qualificar-se como corpo capaz de trabalhar” [Foucault 2013, p. 117]. A presença dos dispositivos, nesse contexto, é a prova da “contravenção” ou “infração”. A lei, agora formalmente estabelecida, construída através de um discurso que quer garantir a melhoria da qualidade da educação através da atenção e concentração dos alunos nos conteúdos e nos professores, reforça a manutenção do seu estado de precariedade. Segundo Foucault (2013), as instituições tem por finalidade “fixar os indivíduos”, assim:

[...] a escola não exclui os indivíduos; mesmo fechando-os; ela os fixa em um aparelho de transmissão do saber... em um aparelho de normalização dos homens. A fábrica, a escola, a prisão ou os hospitais têm por objetivo ligar o indivíduo a um processo de produção, de formação ou de correção de produtores. [Foucault 2013, p. 113]

Fixar os praticantes a um único modelo de educação, no momento em que vivemos a intensificação da cultura digital e que esses dispositivos que cabem na palma da mão, trazidos pelos praticantes, podem acessar museus, bibliotecas, portais de periódicos de referência nacional e internacional, estabelecer diálogo e criação com vários grupos e outros praticantes aos redor do mundo, não parece honesto/justo. A convergência desses dispositivos possibilita não apenas o acesso, mas a captura e produção de conteúdos que depois de editados, ou não, podem ser compartilhados. Com o digital, os momentos de escassez de conteúdos são dirimidos e as possibilidades de mais pessoas terem acesso aos mesmos e a usufruírem da cultura produzida pela humanidade tornam-se uma realidade. Diante do que estamos vivenciando, das possibilidades de inserção desses praticantes na cultura digital, que pode acontecer a partir de seus próprios aparelhos ou dos dispositivos presentes nas escolas, sendo utilizados como estruturantes dos processos educativos, não podemos aceitar a criminalização da utilização, e sim ficar atentos ao que isso significa no contexto das escolas públicas em nosso país, entendendo os interesses que perpassem esse movimento, tanto do estado como de empresas e grupos sociais.

### **3. Da condição de reprodução para a de produção de conhecimento**

Os processos educativos começam a ser desenvolvidos no que chamamos de espaços e tempos ubíquos, que atuam como linhas de fuga, como espaços onde os praticantes exercem suas táticas e podem criar e controlar ritmos próprios. Aí emergem outras territorialidades, espaços e tempos de interação e criação, desenvolvidos sob o signo da metáfora da rede.

Para Alves (2008), a rede é um dos elementos que vem, na contemporaneidade,

questionar as maneiras de produzir conhecimento. Ela substitui a ideia de que o conhecimento se "constrói" de forma ordenada, linear e hierarquizada, por um único e obrigatório caminho, pela ideia de que não há ordem nessa criação - ou que ela só pode ser percebida ou representada pelo pensamento *a posteriori* da própria criação. [Alves 2008, p. 94]

Para Ferrazo (2008), vão sendo criadas redes de significados, tecidas a partir de uma diversidade de contextos, culturas, vivências dos cotidianos que perpassam o cotidiano da escola. O autor parte do pressuposto que todo conhecimento que se queira compreender ou construir dentro da escola deve partir da ideia declarada por Certeau (2008) de que "não devemos tomar os outros por idiotas"; assim, qualquer forma de intervenção no cotidiano deve considerar aspectos, indícios daquelas práticas que fazem parte do dia a dia: "as redes só existem enquanto são tecidas. Não são resultados, não são produtos, não existem enquanto elementos particulares, quantificáveis. Elas se esgotam, se desfazem, durante o próprio processo de produção." [Ferrazo 2008, p. 119]. E foi dessa maneira que muitos professores, das escolas pesquisadas, foram observando e vivenciando esse cotidiano, mudando suas práticas em relação à presença das tecnologias digitais móveis e dos dispositivos trazidos pelos alunos. Vamos acompanhar o relato dos professores de duas escolas:

*“Esse projeto, que nós fizemos no primeiro semestre, eles fizeram entrevista, foi um projeto sobre o bairro [...] eles fizeram vídeos, entrevistas... eles mesmos entrevistaram...[...] E nós vamos sugerir pras duas turmas [...] sugerir não, vamos colocar pra eles, que nossa quinta unidade vai ser eles produzirem produtos de comunicação sobre o Museu e sobre o que eles viram lá, e, daí, é claro, eles vão levar as maquininhas<sup>2</sup> [...] pra filmar [...] fotografar... a gente está criando uma página no face, a escola tem uma página no face... e vai colocar lá.” [Professor C3]*

*“Agora eu estava falando no assunto sobre a auto-estima [...] eu pedi, façam uma pesquisa sobre autoestima. [...] uma menina pegou o celular e me mostrou na hora, e estava batendo! Veio acrescentar à minha aula realmente, entendeu. Na hora eu li, li pra eles. Eles 'ah, já fez, que legal!'. Eu tento fazer essa abertura, sabe?! Porque eu acho que é uma forma também de aprender.” [Professora B2]*

Esses professores começam a repensar suas práticas e seu planejamento a partir das vivências cotidianas com essas tecnologias. Eles não receberam qualquer tipo de formação para utilização das tecnologias móveis, nem ao menos tiveram oportunidade de discutir com seus pares as possibilidades ou não de uso, já que na escola B era proibido por norma interna. Apesar dessa situação desfavorável, estão alterando seus planejamentos e incorporando outros olhares e ações em suas práticas.

Os alunos do professor C3, por exemplo, ao irem a campo investigar a história do bairro, produzem mais do que os relatórios e trabalhos escritos propostos no projeto inicial. De posse de seus dispositivos digitais móveis, produzem vídeo em formato de reportagem/denúncia sobre a situação do local onde vivem, e inspirados em fotografias, também feitas com seus aparelhos celulares e *smartphones*, constroem uma maquete para contar a história e achados sobre o bairro. O vídeo feito pelas alunas é compartilhado entre aparelhos, inclusive com a pesquisadora, via bluetooth. Ao

---

2 O professor referia-se a “maquininhas” os aparelhos de telefone celular ou smartphones.

apresentarem esses conteúdos em formatos diferentes dos comumente exigidos, demonstram autonomia em relação às suas próprias maneiras de produzir conhecimentos e saberes, ao mesmo tempo que retiram os seus professores de uma área de conforto, pois o digital vai exigir não apenas a captura de dados e informações, mas o tratamento e edição dos mesmo.

As falas do professor e da professora demonstram que a sua própria formação acontece no cotidiano, no que vai sendo dado no dia a dia, é na vivência como seus alunos e alunas, com suas práticas que ele/ela percebem o potencial das tecnologias digitais móveis no cotidiano educativo, produzindo conteúdos e conhecimento. Percebemos que a postura é de abertura, de curiosidade, eles vão experimentando, tateando, não possuem um conhecimento teórico que os embasem, mas estão apostando na experiência que emerge desse cotidiano caótico. O professor da escola B percebe, em atividade de campo, a possibilidade de uso dos aparelhos celulares para registro filmico e fotográfico, a partir do momento em que os alunos começam a fazer esse movimento autônomo. A partir da sensibilidade desse professor, outros colegas também passam e ver possibilidades de seu uso em outros projetos. É justamente esse movimento trazido pelos alunos, por sua iniciativa, oriundos de uma vivência intensa com os dispositivos, agregada ao olhar sensível do educador, que mobiliza o repensar da escola.

A professora B2 surpreende-se com a contribuição imediata, ao permitir que a aluna pesquise o tema na rede a partir do aparelho móvel. Não apenas a menina acessou agilmente o assunto de que tratava a aula, como puderam compartilhar com a turma a descoberta. A professora demonstra contentamento, diz que aprende ao permitir essa abertura e que com o uso da internet tem estimulado e chamado a atenção para que os alunos se expressem conforme a norma culta, inclusive, em suas postagens nas redes sociais. Outro exemplo trazido por ela, trabalhado em outra unidade, que se referia aos adjetivos, é o da solicitação de uma busca sobre seus signos, e a partir daí foi construindo uma aula dialogada sobre as curiosidades e características que iam surgindo, a medida que os alunos destacavam os resultados das suas buscas.

Outra professora da escola B relata que produziu um trabalho chamado foto legenda, onde os alunos e alunas frequentaram uma exposição de arte sobre o aniversário da escola registrando, a partir dos aparelhos digitais móveis, as obras ali expostas e o evento em si. Voltando à sala de aula, os alunos trabalharam em grupo, trataram as imagens com os programas contidos nos *laptops*, reescrevendo o evento comemorativo. Nesse sentido, os alunos passam a ser protagonistas da construção de seu conhecimento, onde o professor não leva conteúdo pronto, mas ajuda os alunos em sua construção, planeja e coordena as atividades educativas com o uso dos aparelhos digitais móveis, contribuindo na produção de conteúdos com valor educativo, cultural, ético e estético.

Para Maffesoli (2014), a utilização da internet é fundamental para os processos de inicialização na contemporaneidade, o que significa processos mais horizontalizados de educação. “A iniciação tem uma ideia de acompanhamento e encontra um ponto de ajuda justamente na internet” [Maffesoli, entrevista], o que torna-se mais intenso com a presença das tecnologias digitais móveis dentro dos espaços educativos como a sala de aula.

Com a presença das tecnologias digitais móveis, o cotidiano da escola amplia-se e é alterado. Os aparelhos oferecem conectividade ininterruptamente, alunos e alunas ao mesmo tempo em que estão enviando torpedos, entrando nas redes sociais, estão tirando fotos do conteúdo que o professor passou no quadro, gravando a aula,



pesquisando os temas das disciplinas, fazem resumos e compartilham entre si. Assim, o tempo/espaço da escola é expandido para outros espaços/tempos, onde possam estar com seus fones, ouvindo as gravações ou vendo as fotos dos conteúdos, trocando ideias ou informações em rede.

Para Certeau (2008), emerge uma produção, uma *poiética* que é construída no cotidiano, através das táticas e estratégias, que são práticas exercidas por praticantes que confrontam seus interesses no dia a dia. A tensão aí estabelecida, entre quem tenta dominar e aquele que tenta sobreviver, faz emergir novas maneiras de viver, de ser, de relacionar, concebidas pelo autor como obra que se cria e se faz presente.

Os cotidianos que estudamos, onde estão presentes as tecnologias digitais móveis são ricos em termos de produção, de maneiras de fazer, da emergência do novo e do singular. Marcados por embates e pelo jogo de forças travado, constituem-se como espaços/tempos de transformações, rupturas, descontinuidade, invenção e resistência.

#### **4.Considerações finais**

Como a chegada das tecnologias digitais móveis não é acompanhada de uma problematização sobre seus limites e possibilidades, são criadas polaridades entre o uso e não uso, o pode e não pode, o permitido e não permitido. Os temas inerentes a elas, tais como os usos pelos alunos, as redes sociais, *ciberbullyng*, segurança na rede, entre tantos outros, deveriam fazer parte da preocupação da escola como um todo, e assim ocupar o currículo escolar. Por outro lado, deveríamos refletir sobre o que essas tecnologias representam do ponto de vista da própria construção do conhecimento, tanto no que se refere a acesso a conteúdos e conhecimentos já produzidos, como espaço de reconstrução ou produção dos mesmos, bem como de seu compartilhamento. Entendemos, portanto, que aquilo que parece atrapalhar os processos educativos, a atenção e concentração, também é fonte de construção de saberes, de acesso a uma diversidade de linguagens e informações. A partir de um aparelho digital móvel podemos acessar repositórios, enciclopédias digitais, obras artísticas, artigos, vídeos, animações, mapas, além de também podermos produzir nossos próprios conteúdos, isso tudo porque estamos falando de dispositivos que têm como característica a hibridação. Não são apenas canais de informação e comunicação, são pequenas ilhas de edição e compartilhamento.

A partir de nosso estudo, podemos dizer que a escola torna-se um espaço e tempo vigoroso de múltiplas experiências, de vivências e de reelaboração própria, um espaço de vida. Não pode ser tomada como um espaço desmerecido, neutro, incompetente, caracterizado pela mera repetição e reprodução [Alves *et al.* 2011]. Vamos perceber que, ao nos aproximarmos da escola e ao tentarmos estudá-la, nesse tempo/espaço é possível encontrar a esperança, a vontade de fazer, a criação de possibilidades, a busca de alternativas, a discussão, a memória de tantas propostas feitas e desfeitas, a crença na utopia [Alves *et al* 2011, p. 17].

Compartilhamos com Lefebvre (1991) e Penin (2011) que as dinâmicas dos cotidianos escolares fazem parte das singularidades históricas, tecidas e entretecidas pelas vivências dos praticantes, tanto dentro como fora da escola. Podemos perceber que as experiências do cotidiano e as diversas formas de saberes constituem-se em relação, em redes de informação e conhecimento, transformando o espaço educativo da escola num espaço complexo e interconectado com o que acontece tanto no seu interior como em instâncias exteriores. Segundo Oliveira e Sgarbi (2008), é, no cotidiano e

pelos estudos do cotidiano, que podem ser captados diferentes valores, saberes, formas de relacionar que se entrelaçam e estão diretamente relacionados aos processos educativos. Isso significa repensar os processos que envolvem o ato educativo, pautados em transmissão de conteúdos e conhecimentos, e propor uma visão mais aberta, que possibilite dialogar com todos os entrelaçamentos que vêm de fora e reverberam no cotidiano escolar, e, portanto, nas maneiras de ensinar e aprender, de relacionar, de sentir, de compreender, de perceber, de reelaborar, de reconstruir e de viver a partir da cultura digital.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, N. (2008): “Tecer conhecimento em rede”, In: ALVES, Nilda; GARCIA, R. L. (org.). O sentido da escola. 5a ed. Petrópolis: DP et Alii. p.91-99.
- ALVES, N. (org.), MACEDO, E.; OLIVEIRA, I. B. de; MANHÃES. L. C. (2011) “Criar currículo no cotidiano.” 3a ed. São Paulo: Cortez.
- BONILLA, M. H. S. (2005): “Escola aprendente: para além da sociedade da informação”. Rio de Janeiro: Quartet.
- BONILLA, M. H. S.; OLIVEIRA, P. C. S. (2011) “Inclusão digital: ambiguidades em curso”. In: BONILLA, M. H. S.; PRETTO, N. D. L. (org.). Inclusão digital: polêmica contemporânea. EDUFBA. Salvador. p. 23-48.
- CERTEAU, M. de. (2008): “A invenção do cotidiano”: 1. artes do fazer. Traduzido por Ephraim F. Alvez. 15a ed. Petrópolis: Vozes.
- FERRAÇO, C. E. (2008): “currículos e conhecimentos em redes: a artes de dizer e escrever sobre a arte de fazer”. In: ALVES, N.; GARCIA, R. L. (Org.). O sentido da escola.. 5a ed. Petrópolis: DP et Alii, p. 101-124.
- FOUCAULT, M. (2013): “A verdade e as formas jurídicas”. Tradução: Eduardo Jardim e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Nau.
- LEFEBVRE, H. (1991): “A vida cotidiana no mundo moderno”. Tradução: Alcides João Barros. São Paulo: Ática.
- LEMOS, A. (2009): “Cultura da mobilidade”. In: Revista FAMECOS. n. 40, Porto Alegre, Dez. p. 28-35.
- MAFFESOLI, M. (2014): Entrevista. “O sistema educacional não funciona mais”, diz Michel Maffesoli. <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/04/o-sistema-educacional-nao-funciona-mais-diz-michel-maffesoli-4473443.html>. (Acesso em: 10 de maio 2014).
- OLIVEIRA, I. B.; SAGARBI, P. (2008) “Estudos do cotidiano e educação.” Belo Horizonte: Autêntica.
- PENIN, S. (2011): “Cotidiano e escola: a obra em construção”. 2a ed. São Paulo : Cortez.
- PRETTO, N. D. L. (Org.) (2005): “Tecnologia e novas educações”. Salvador : EDUFBA.
- PRETTO, N. D. L.; SILVEIRA, S. A. da (Orgs.) (2008 ). “Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder.” EDUFBA:Salvador.